

DOS MODOS DE CONHECER E CONQUISTAR O ITATIAIA: A INVENÇÃO DA NATUREZA E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL¹

Célia Maria de Toledo Serrano

RESUMO: Através da reconstituição da história da “descoberta” do maciço do Itatiaia e do processo de sua transformação no primeiro parque nacional do Brasil (1937), este artigo discute os conceitos de natureza, paisagem, lugares naturais, parque nacional e de proteção ambiental e suas transformações.

UNITERMOS: Parque Nacional do Itatiaia; proteção ambiental – Brasil – história; natureza – representação.

Natureza, paisagem, lugares naturais, parques nacionais, proteção ambiental: estes são alguns dos elementos por entre os quais derivam as reflexões presentes neste artigo. Elas tocam na invenção da figura do parque nacional – com Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872 – cuja criação representa um marco da proteção ambiental em nível mundial; nas representações de natureza na cultura ocidental e suas mutações no período

¹Este artigo sintetiza a pesquisa realizada na dissertação de mestrado intitulada *A invenção do Itatiaia*, defendida junto ao Departamento de Sociologia da Unicamp, em outubro de 1993; financiada pela Capes e parcialmente pela Fapesp.

moderno; na história do Itatiaia² e de sua instituição enquanto lugar exemplar da natureza; e deste como primeiro parque nacional brasileiro, decretado em 1937. Neste contexto insere-se ainda o problema do surgimento da idéia de proteção da natureza no Brasil, considerando as ambigüidades, contradições e conflitos nas imagens e práticas em relação ao mundo natural no país.

Simplificando o intenso debate travado principalmente no campo da antropologia a respeito da separação entre natureza e cultura, podemos dizer que a natureza é uma invenção humana (Leach, 1985). Em meio aos múltiplos e complexos processos de invenção e transformação da idéia de natureza e tratando apenas da chamada “cultura ocidental”, podemos também afirmar, a partir das análises de Alain Roger (1991) e Michel Conan (1991), a preeminência da paisagem enquanto representante da idéia de natureza. Nesse sentido, as “viagens de ilustração” populares nos meios eruditos desde meados do séc. XVII consolidam a assimilação da natureza à paisagem, e principalmente à paisagem pitoresca (ver ainda Luginbühl, 1991). Contudo, em meio a essa prática emergente, nas palavras de Alain Corbin (1989, p.149-150), “o que é novo não é a contemplação no seio da natureza, mas as modalidades da leitura da paisagem”, “o desejo de usufruir de um panorama”.

Apesar dessa transformação, é possível afirmar ainda que a idéia positiva de um lugar natural, ou naturalizado, não acontece como fenômeno da relação homem-natureza apenas na Idade Moderna, quando manifestam-se representações e comportamentos em relação ao mundo natural

² Maciço rochoso localizado nas divisas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, caracterizado por terrenos de origem eruptiva e apresentando características de cobertura vegetal típica de floresta atlântica e campos de altitude, áreas de formação rochosa peculiar a partir da cota dos 1900 metros, além de espécies da flora alpina e animais e flora endêmicos. Em sua parte mais elevada, identificada como “planalto”, localizam-se as Agulhas Negras, 6º pico em altitude do Brasil, com 2787,4 metros, e outras formações relevantes em altitude e beleza cênica. A atual sede do Parque Nacional localiza-se na parte baixa do maciço, próxima à via Dutra, no município de Itatiaia.

reconhecidos hoje como não instrumentais ou não antropocêntricos (ver Thomas, 1988). Basta relembrar os bosques sagrados e os inúmeros tipos de jardins cultivados desde a Antiguidade. Embora em alguns casos seu sentido fosse somente utilitário, a preocupação estética ou religiosa e o prazer de sua contemplação estavam em geral presentes (Ramade, 1979; Tuan, 1980; Hautecoeur, 1959).

Porém, na perspectiva de (re)criar ou proteger espaços naturais/naturalizados, tais jardins, como também a tradição de parques francesa e inglesa, ou o movimento norte-americano de parques urbanos de meados do século XIX, não apresentaram a peculiaridade da criação dos parques nacionais. Apenas nestes vai se concretizar a visão de uma natureza atemporalizada, destinada à conservação absoluta. Na expressão de Bernard Kalaora (*apud* Viard, 1990, p.15-26), um “museu verde”.

Conforme Jean Viard (1990), num contexto fragmentário, onde as esferas da produção e do consumo aparecem dissociadas, os parques nacionais são inventados como um espaço próprio para a natureza intocada. Ocorrendo, assim, algo como a definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo. Nesse novo espaço ainda ocorreria uma tentativa de restauração/conservação do passado, voltada para o futuro, cujos vínculos com a busca da dominação do tempo pelo homem (realizada através do estudo e preservação de traços de antigas civilizações) tornariam esse lugar o espaço do tempo absoluto³.

Além de pretender congelar tempo e natureza, a delimitação do parque nacional coloca o problema da escolha dos espaços a serem protegidos. Aí entram mediações e artifícios entrelaçando simbolismo e concretude, sentidos e justificativas, que acabam por transformar espaços (quadros físicos destituídos de significação especial) em lugares. Estes, por

³Contemporaneamente, os sentidos da proteção ambiental ampliam-se, principalmente em razão das possibilidades de catástrofes, de um lado, e de uma afirmação mais veemente dos valores intrínsecos ao mundo natural e de seu direito à existência e permanência, de outro. Ver Viard, 1990.

oposição àqueles, são repositórios de sentidos e valores para uma sociedade ou grupos, cristalizam suas memórias, tornam-se lugares destas⁴.

Lugares são, nessa perspectiva, frutos de construções simbólicas que demonstram o investimento neles, pela sociedade, de valores e sentidos profundos. Resultam de invenções, no sentido de movimentos desenrolados na duração, que revelam memórias e práticas, e projetam representações e sentidos. No caso do Itatiaia e de sua transformação no primeiro parque nacional do brasileiro, essa invenção é um processo que monumentaliza seu espaço, distinguindo-o de outros através de um movimento silencioso de repetição, de um lento amadurecimento, “de um trabalho do imaginário social e da norma para torná-lo próprio ao exercício de uma tecnologia”. (Marié, 1982, “19,⁵ ver ainda Nora, 1984, e Le Goff, 1985). Nesse sentido, o parque nacional “pode ser considerado como o lugar, ou o não lugar, de uma leitura, de uma obra ao mesmo tempo literária e imaginária, mental, visual e sensitiva, como um lugar de produção de sentidos” (Marié, 1982, p.19).

Refletindo sobre a produção de lugares de memória, Pierre Nora escreve:

Os lugares de memória pertencem a dois reinos, o que constitui seu interesse, mas também sua complexidade: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente abertos à experiência mais sensível e, ao mesmo tempo, dependendo da elaboração mais abstrata. Eles são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente, apenas em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, não é lugar de memória se a imaginação não o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar funcional, como um manual de

⁴ Tuan (1983) discute as distinções entre as categorias de lugar e espaço. As relações entre memória e história são debatidas em Nora (1984).

⁵ O autor tece suas considerações em relação aos espaços turísticos em geral, mas pensamos ser possível estendê-las àqueles destinados à proteção ambiental, por sua vez em muitos casos também voltados ao turismo.

aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, não entra na categoria se não for objeto de um ritual. (...) Os três aspectos coexistem sempre. (Nora, 1983, p.XXXIV - XXXV)

A memória coletiva, assim, aloja-se espontaneamente em múltiplos suportes onde busca resguardar-se do apagamento provocado pelas transformações do tempo histórico. No caso do parque nacional-lugar da natureza, poderíamos dizer, parafraseando o mesmo Nora, que “Habitássemos ainda a natureza, não teríamos necessidade de consagrar-lhe lugares.” Isto pois este tipo de lugar surge já no contexto da afirmação da modernidade que rompe com ritmos mais estáveis da vida rural – mais próxima do mundo natural, que encerra os homens em ambientes artificiais. Ou seja, se não há espaço para ela na vida é preciso então (re)criar um lugar para abrigá-la.

Numa outra perspectiva, delimitar espaços para amostras da natureza é também perpetuar uma memória histórica, associada à identidade cultural da nação⁶. No caso de Yellowstone e até mesmo no Itatiaia, esse ponto é decisivo. Embora imbrique-se, é certo, em outros elementos⁷.

No movimento da invenção do Itatiaia, diferentes artifícios e mediações ajudam a elevá-lo à categoria de lugar exemplar da natureza, e por isso mesmo a ser visto como digno de ser protegido. Da toponímia indígena à obsessão classificatória dos cientistas naturais que o exploraram desde meados do século XIX, passando pela disputa na determinação exata da altitude de seu cume mais alto e da sua condição de ponto mais elevado do país; pela instituição de códigos de fruição de caminhos, abrigos e montanhas decorrente de tais visitas de naturalistas; e ainda pela exploração esportiva e turística dos primeiros visitantes leigos, tudo leva à atribuição de

⁶ Sobre a relação entre paisagem natural e sentimento de nação, ver Roncayolo (1984).

⁷ Esta discussão é aprofundada no capítulo “Natureza, paisagem e parque nacional” em Serrano (1993).

sentidos a seu espaço e ao estar nele. O espaço natural da montanha transforma-se então num lugar, ao qual a posterior aplicação de normas e legislação vem apenas formalizar um estatuto.

O ITATIAIA: CONHECIMENTO E CONQUISTA

Ao contrário do Mont Blanc – a montanha mais elevada da Europa, cuja conquista é marco do montanhismo moderno e que foi descoberta e nomeada pouco antes da primeira escalada de seu cume, o Itatiaia começa a ser inventado pela toponímia, num tempo imemorial.

O topônimo sugere a leitura do Itatiaia realizada pelos índios: nela, os aspectos geomorfológicos lhes dão o terreno a conhecer e nomear. A força da imagem das formações rochosas na parte mais alta do maciço vai inclusive expandir o uso do termo para toda a área. E quando a montanha começa a atrair outros olhares que os de seus primeiros inventores, também a forma peculiar será um dos atrativos, ao mesmo tempo em que as interpretações do nome parecem insinuar uma visão paisagística/pitoresca de sua natureza.

O topônimo traduz assim a primeira forma de apropriação do Itatiaia, inventando-o e transformando-o em *lugar*. Para Yi-Fu Tuan (1983, p.151, 179-197), esta é uma categoria passível de múltiplas definições e, numa delas, que permite estabelecer uma relação entre a toponímia e a criação do lugar – especialmente neste caso onde os aspectos visuais são o móvel da nomeação, ele “é qualquer objeto estável que capta nossa atenção.” Através do nome o espaço é dotado de significado, ganhando a definição e a familiaridade inerentes ao lugar. Nas análises do topônimo, os intérpretes insistem na correlação nome-objeto como se esta comportasse uma relação unívoca. Todos defendem suas proposições através da visualidade e, mais ainda, através de uma suposta naturalidade daquela relação. Desta maneira explicam-se as versões mais comuns e aceitas para

Itatiaia: “penhasco de pontas ásperas”, “grande rochedo brilhante”, “crista eriçada” – todas elas “confirmáveis” por um simples “olhar”.

Para além da questão etimológica ou semântica e da disputa pelo estabelecimento da versão mais adequada ao nome, os autores empenhados em decifrar o topônimo deixam transparecer, através de suas “análises do discurso” indígena, um modo de olhar para a montanha onde a relação com o espaço é mediada pelos aspectos sensíveis do meio, pela paisagem. E, mais ainda, por seus sinais exóticos, pitorescos. Vai nesse sentido a insuficiência do vocábulo em si, ou de suas partes, para a tradução: os autores remetem sempre suas opiniões ao confronto com os aspectos visuais do Itatiaia. O peso destes aspectos vai ser um dos fatores determinantes não apenas da construção da identidade do Itatiaia enquanto lugar e lugar exemplar da natureza, mas também de sua condição de digno de ser protegido.

Apesar de sua localização no caminho das minas de ouro, entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, de estar no horizonte visual da cidade de Resende (RJ), e da relativa facilidade de acesso à região depois da chegada até ali da estrada de ferro D. Pedro II, na década de 70 do século XIX, é somente nas primeiras décadas do nosso século que uma freqüentação vai se fazer notar de modo expressivo no Itatiaia. Até esse momento as visitas, ou ao menos seus registros, são esporádicas e partem de principalmente naturalistas ou membros da elite, com uma preocupação marcadamente científica em sua grande maioria.

Em função das atividades agropastoris desenvolvidas na área principalmente nos últimos 40 anos do século XIX, devemos supor ainda alguma circulação local. Os próprios textos de certos visitantes indicam ser os lugares de pouso de suas expedições também locais de permanência eventual de escravos no trato de rebanhos por ali criados livremente. No entanto, o caráter desta circulação difere daquele das visitas tanto de habitantes das redondezas como de naturalistas, amadores ou não, ou

posteriormente de turistas. Estes, à diferença dos trabalhadores, têm por objetivo a mera observação – estética ou científica.

Esse conhecimento tardio das partes mais elevadas do maciço do Itatiaia merece ser analisado no contexto da penetração dos primeiros exploradores do território nacional. Até meados do século XVIII, quando os interesses econômicos voltavam-se basicamente para as áreas de mineração do ouro nas Minas Gerais, os caminhos do litoral para o interior partindo do Rio de Janeiro e de São Paulo eram restritos e a abertura de novas vias controlada pela legislação. Além disso, entre 1733 e 1816 foi proibida a abertura de novos caminhos, devido à necessidade de controle da produção e trânsito do ouro por parte da Coroa portuguesa⁸. Tal interdição limitou o descobrimento de novas regiões.

É certo que já na primeira metade do XVIII um desses caminhos dera origem às vilas de Aiuruoca e Resende, passando provavelmente pelo lugar conhecido hoje como “garganta do Registro” – logo também pelos arredores do planalto do Itatiaia. Mas o possível trânsito por aí não gerou, ao que tudo indica, um estímulo à exploração das partes altas da serra, de difícil acesso e de potencial econômico não determinável a princípio, enquanto outras áreas mais facilmente exploráveis ofereciam-se. O fator geográfico favorecia, por exemplo, a ocupação da bacia do Paraíba, onde Resende se desenvolveu na mesma época do surgimento de Aiuruoca. Ao menos aparentemente, apenas depois da falência do cultivo do café no vale a atividade econômica expandiu-se para as encostas mais elevadas do maciço, com a instalação de fazendas de gado.

Dessa forma, tais áreas elevadas permaneceram por muito tempo como uma obscura região marginal e, em vista dos interesses econômicos imediatistas e da febre do ouro, das dificuldades impostas pela precariedade

⁸ O capítulo “Vida material” de Prado Jr. (1983) analisa bem este ponto, da mesma forma como Prado Jr. (1979) e Lamego (1950). Observações importantes sobre os caminhos antigos podem ser encontradas em Antonil (1923).

das estradas, e do próprio risco de se transitar pela Mantiqueira – famosa na época pela presença de bandoleiros e assaltantes, não suscitaram a curiosidade de exploradores até o século XIX. Por outro lado, não é seguro pensarmos na popularidade de um interesse intrínseco pela paisagem nos primeiros colonizadores da serra, que os levasse a buscas ambulatórias de novos sítios aprazíveis. A afirmação de Franklin Massena (1876) – no primeiro relato sobre a existência do Itatiaia, produzido em 1856 mas publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil apenas 20 anos mais tarde – sobre as visitas dos aiuruocanos ao Itatiaia data da fase do fim do “terror”, comentada por Burton e outros viajantes (meados do século XIX), e de um momento onde as primeiras dificuldades no contato com a natureza agreste já deviam estar superadas, possibilitando uma sensibilidade estética, além de ressoar também como um desejo de instigar a curiosidade de outros pelo lugar e/ou legitimar seu entusiasmo pela região⁹.

Sobre a atração exercida nos homens pelas montanhas, Philippe Joutard afirma que elas sempre estiveram presente no horizonte mental europeu e na maioria das culturas, aparecendo como “um espaço sagrado, interdito ao homem ordinário, residência da divindade boa ou má”. No entanto sua descoberta pela cultura européia coloca dificuldades para uma datação, uma vez que desde o Renascimento já existem signos de interesse por elas. Há as escaladas do Ventoux por Petrarca em 1336 e do Dauphin, por de Ville em 1492, além da conquista do Mont Blanc em 1786, e ainda a presença delas na pintura de Dührer e da Vinci. Nesse contexto, o Romantismo representaria apenas a popularização de tal interesse (ver Joutard, 1986, p.12, 33-35, 41-45 e Tuan, 1980, p.80-85).

Assim, diante da teia formada pela sensibilidade estética, filosófica e conquistadora presente na atração pelas montanhas; por anseios econômicos e de dominação forjados no processo de colonização,

⁹ Sobre distanciamento e observação no conceito de paisagem, o capítulo “Vistas agradáveis” de Williams (1989) é bastante elucidativo.

associados também à curiosidade e interesse científico, torna-se complexo precisar o nascimento de um interesse “puro” pela montanha no Brasil. Muitos dos naturalistas e viajantes em trânsito por aqui empreenderam escaladas: Spix e Martius no Itambé (MG) em 1818, George Gardner na Pedra do Sino (RJ) em 1841, Liaís no Itacolomi (MG) em 1862. A lista pode ser ampliada em muito, mas o caráter delas parece estar diretamente relacionado à pesquisa. Enquanto atitude contemplativa, lúdica ou esportiva, as expedições ao Itatiaia feitas por José Palmella, em 1888, e por Horácio de Carvalho, em 1898, podem ser apontadas como precursoras, embora a inexistência de levantamentos mais abrangentes, envolvendo a exploração de outras regiões, possa comprometer esta afirmação (ver Carvalho, 1900 e Palmella, 1890)¹⁰.

Do ponto de vista da circulação local, o caso do Itatiaia apresenta alguma semelhança com o do Mont Blanc. Se depois de 1744 ele acha-se no horizonte de vilas como Resende e Aiuruoca, isso serviu por muito tempo tão somente para atrair alguns poucos visitantes locais, e certamente apenas depois do extermínio dos indígenas. Da mesma forma, o caráter marginal da região na economia também contribuiu para a demora na exploração mais efetiva da região. Já o desinteresse científico deveu-se ao próprio estado da ciência no Brasil; a pesquisa aí só será realmente desenvolvida depois da chegada de estrada de ferro na década de 1870. Com respeito às representações pictóricas (desenhos, fotografias), é de se notar que o manuscrito de Massena trazia também desenhos, e que a partir da década de 1870, com o aumento da visitação, gravuras passam a ser produzidas, mas convém mencionar que a divulgação mais ampla de imagens do Itatiaia

¹⁰ Sobre o surgimento da atividade montanhística no Brasil, ver Lordeiro (1992), que diferentemente desta pesquisa aponta como marco inicial do montanhismo como esporte aqui a ascensão do pico “Dedo de Deus”, na serra dos Órgãos (RJ), em 1912, por José Teixeira Guimarães e grupo; e também Lima (s/d), que aponta a ascensão do pico Marumby em 1886.

acontece apenas a partir da primeira década do século XX, principalmente com sua publicação em jornais.

UMA QUERELA NAS ALTURAS

A “Descrição do Itatiaia ou Ititiaio” (Massena, 1876), se não instaura, deixa entrever uma polêmica da época acerca da afirmação do ponto culminante do Império, que terá alguns desdobramentos: um debate sobre as altitudes dos vários picos conhecidos e a disputa pela determinação da altitude exata de cada montanha. No caso do Itatiaia, este último ponto estará vinculado à possibilidade ou não da escalada de seu cume mais elevado, remetendo ainda à disputa pela autoria da primeira ascensão. Polêmica que vai contagiar até os visitantes leigos, ou naturalistas amadores, muitos deles levando consigo para a montanha seus próprios instrumentos de medição – como já se tornara rotineiro aos primeiros viajantes ingleses ciosos do pitoresco desde o século XVIII¹¹.

Pelos fins da década de 1860, o reconhecimento do Itatiaia e de sua posição de ponto culminante do Império já se popularizava e era debatido e, para além de uma mera disputa entre parceiros profissionais, a questão envolvendo a determinação da sua altitude exata e de seu estatuto, ou não, de pico mais alto do país desempenha um papel importante na instituição daquela montanha enquanto lugar exemplar e uma certa postura diante da natureza. Nesse sentido, o olhar científico sobre ele e sua condição de palco da constituição deste tipo de saber no e sobre o Brasil terá igualmente um papel de destaque nessa instituição. Ainda, essa polêmica não só se coloca como parte da história do lugar mas vincula-se a uma das formas da relação homem-natureza – não apenas daquela época ou exclusiva daqui, na qual o

¹¹Posteriormente, uma polêmica sobre a origem e constituição dos terrenos também vai se instituir, embora não ultrapasse o âmbito dos especialistas e, ao menos simbolicamente, não mobilize tanto seus atores.

conhecimento do território, o domínio e a conquista contam com a apropriação científica como um de seus instrumentos.

O homem se apropriou do Itatiaia, então, primeiro pelo olhar e pela palavra, gerando o topônimo e depois as descrições – mais ou menos “objetivas” – de sua paisagem em todos ou quase todos os textos sobre ele. Mas não bastava o reconhecimento de sua importância enquanto fenômeno geográfico ou espetáculo da natureza, havia que se demonstrar sua superioridade frente a outros picos. Além disso, como constatou Philippe Joutard (1986, p.186) no caso do Mont Blanc, “sem observações científicas rigorosas a conquista não está concretizada”.

E, se os exploradores que visitaram o Itatiaia nos primeiros tempos de seu conhecimento deixavam transparecer um olhar ambíguo sobre seu espaço, oscilando entre descrições frias e impessoais, presas aos procedimentos técnicos adotados nas observações, típicas dos tratados científicos, e textos poéticos, repletos de metáforas – fato ocorrido por vezes em um mesmo autor, como em Massena (1876) e Homem de Mello (1888), isso não descaracteriza o sentido de conquista do território, domínio da natureza e mesmo de afirmação do Império. Vale lembrar que a maior parte dos estudos sobre o Itatiaia são desenvolvidos após a instalação da Comissão Geológica, em 1875, por iniciativa governamental (ver Dean, 1992 e Stepan, 1976). Da mesma forma, a polêmica sobre a autoria da primeira escalada do cume das Agulhas Negras também aponta para a afirmação da conquista do território, tanto de uma perspectiva política como de dominação da natureza. Apesar dos múltiplos sentidos possíveis para o ato da escalada.

Mas, além dos primeiros olhares classificatórios e poéticos, o Itatiaia sugere outros que mediam a construção de sua identidade e resultam em sugestões de usos diferentes para seu espaço. A visão pitoresca da paisagem, focalizando-o como fenômeno geográfico raro, passa a conviver cada vez mais intensamente com outro olhar, também científico, que cataliza na

virada do século XIX ao XX as atenções: o olhar médico sanitaria, embora sem a mesma ênfase dos primeiros. Mais tarde terá vez a proteção de seu patrimônio natural.

O INÍCIO DA ROTINA TURÍSTICA

A análise dos relatos dos primeiros visitantes do Itatiaia permite-nos perceber que, mesmo antes de sua delimitação como espaço protegido da intervenção humana pelo trabalho, isto é, de sua transformação em parque nacional, é possível falar de sua apropriação enquanto paisagem, lugar de lazer e virtudes curativas, e de estudo científico. É certo que olhares e práticas distintas coexistiram, vistas as diferenças na percepção e nas formas e metáforas através das quais o lugar é representado, do mesmo modo como são perceptíveis distintos sentidos para a escalada e o estar na montanha. Sob o aspecto científico, por exemplo, se a polêmica da altitude ou mesmo os estudos sobre a formação do terreno revelam a tônica do interesse pelo lugar no XIX, no século XX, com a visita de especialistas, a vegetação ganhará destaque por seus aspectos exuberantes e peculiares.

Tais relatos deixam transparecer um olhar paisagístico/romântico, e principalmente os relatos de Palmella e de Horácio de Carvalho, pressagiam uma outra relação com o espaço do Itatiaia. Contudo, é a partir de 1910 que um novo tipo de rotina começa a se estabelecer no maciço, favorecida pela recolonização da área com a chegada dos imigrantes estrangeiros aos núcleos coloniais instalados pelo governo federal na região (onde localizam-se hoje a vila turística de Visconde de Mauá e a própria sede do Parque Nacional), pela maior divulgação de informações sobre a área e pelo surgimento de uma demanda de lazer nos centros urbanos, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo.

Da mesma forma como os naturalistas, esses novos visitantes leigos também contaram com um mecanismo de registro de suas aventuras e

impressões: os livros de visitantes existentes nos pontos de descanso e hospedagem da Reserva/Estação/Parque. Por intermédio de tais livros é possível recuperar práticas e imagens da natureza naquele período, e principalmente visões do Itatiaia e sentidos para sua visitação. Com rela o às práticas de natureza na montanha, já antigas na Europa mas incipientes no Brasil da passagem do XIX ao XX,   interessante retomar as considera es de Corbin sobre a inven o da praia:

O modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às popula es que freqüentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distin o condicionam igualmente as modalidades de fruic o do lugar. (...) Convém analisar o modo como essa nova cena social se constitui, impelida pelo desejo de usufruir a beira-mar; o modo como antigas práticas são reorganizadas em fun o desse novo objetivo. (Corbin, 1989, p.266)

Tais idéias são úteis para pensarmos t mbe m os modos de estar na montanha e no Itatiaia. Nesse sentido, os relatos de impressões de visitantes são extremamente férteis. Através deles,   possível falar-se em dois mundos do Itatiaia, que não são somente o das impressões da subida ao Planalto – das paisagens diversas das partes alta e baixa, mas t mbe m os mundos da natureza e da sociabilidade, das rela es humanas travadas na explora o dos caminhos, na escalada dos cumes e no aconchego dos abrigos.

Por outro lado, se o top nimo   um testemunho indiscutível da primazia do visual no conhecimento do Itatiaia, fato recorrentemente confirmado apesar de uma coexistência gradual com outras percep es, a partir da frequ nta o do lugar por indivíduos menos envolvidos com compromissos profissionais outros sentidos para o estar naquela montanha e para o contato com a natureza vão se delinear – ainda que não se

constituam enquanto originais se tomados da perspectiva das sensibilidades do homem em relação à natureza de modo atemporal ou a-espacial.

Oposição ao mundo dos homens e à vida da cidade, a busca de um refúgio seguro: a imagem idealizada da natureza, mesclando várias influências, vai ser um elemento de destaque na construção da identidade do Itatiaia. Especialmente por que a ele não se associa a idéia de espaço de trabalho, pois são raras alusões a este ponto e em tais circunstâncias a presença humana e do trabalho humano dilui-se no olhar armado previamente pelo interesse estético ou científico.

Também o sentimento religioso despertado pelo contato com a natureza e mais especificamente com a montanha perpassa muitos relatos de maneira ainda mais marcante¹². Em alguns casos este sentido do estar na montanha e de sua contemplação assumem até mesmo a forma do culto: há registro nos livros de visitantes como em outras fontes de várias missas e cerimônias evangélicas¹³.

Alguns depoimentos têm uma tônica bastante definida, mas grande parte abriga em si múltiplos sentidos para a visita, mesclando assim visões sublimes, religião, fantasia. Além das questões que ocupavam os homens da ciência, como a altitude da montanha e sua determinação. Há ainda aqueles que buscam referências clássicas para exprimir as sensações experimentadas diante da montanha, e em muitos casos a sensação de deslumbramento e assombro chega às vezes ao limite da impossibilidade de expressão. Porém, apesar de a imensa maioria das pessoas que visitavam o Planalto apresentar impressões de maravilhamento e sentimentos de vitória no domínio da natureza, ou de regozijo e sublimidade pelo aspecto divino da lugar, vezes distoam deste coro, impressionadas pela aspereza da paisagem, pela ausência

¹² Ver Tuan (1980), sobre as relações entre as montanhas e religiosidade.

¹³ Ver Carvalho (1900, p.331-332, 374-375). É significativo lembrar nesta perspectiva, embora não date da época em questão, a instalação de uma cruz no cume das Agulhas Negras.

de sons marcantes e mesmo por uma falta de sentido dos esforços para a chegada ao Planalto.

Mas não só a natureza permite o reconforto da alma ou o êxtase diante dos elementos, o elemento humano é aí apontado de modo recorrente em quase todos os relatos, fornecendo uma pista para reflexões sobre a “suficiência” da natureza – mesmo se espetacular – ou sobre as expectativas do homem em sua relação com ela.

Nos roteiros das primeiras viagens do Grand Tour, as “viagens de ilustração”, este último ponto também era uma constante: o olhar dirigia-se aos locais onde desenrolaram-se eventos históricos. “De um modo geral, escreve Corbin (1989, p.58), a admiração da paisagem implica a evocação do homem”. Na mesma linha, Yi-Fu Tuan (1980, p.110) afirma que “a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. Também perduram além do efêmero quando se combinam prazer estético com a curiosidade científica.” Assim, a memória da sociabilidade e das referências culturais geradas no espaço do Itatiaia também passa a fazer parte de sua imagem, e integrando-se nela ajuda a instituí-lo como lugar exemplar da natureza.

Um outro tipo de relato, comum especialmente a partir da década de 20, produzido por visitantes de origem suíça ou alemã em sua maioria, deixa transparecer outras visões e práticas nas visitas ao Itatiaia. Neles aparecem principalmente referências à escalada dos vários cumes do maciço, numa reedição ou prosseguimento da antiga polêmica da primeira ascensão. Especialmente neles também podemos perceber que a questão da determinação da altitude extravaza os círculos especializados, perpassando a estadia de leigos, não apenas como tema de conversas noturnas, mas também em suas práticas.

Este tipo de conduta, voltada especialmente para a conquista dos cumes, dentro do universo das práticas do montanhismo (ou do “alpinismo” de onde tais visitantes trazem sua experiência), parece vir

acompanhada de uma forma típica de relato, elaborado à maneira de um diário. Forma que, como esta própria conduta no espaço de Itatiaia, constituir-se-á como um modelo a ser observado por outros visitantes.

A rotina das visitas também cristaliza, como os relatos revelam, a atividade dos guias. Desde as primeiras explorações do Planalto por naturalistas, trabalhadores das fazendas ou moradores de Resende desempenham este tipo de função, embora não haja registros mais detalhados sobre seu trabalho que permitam saber da profissionalização da atividade, como ocorre atualmente. Da mesma forma, a exigência de registros concretos da passagem e escalada da montanha é um elemento marcante: disso testemunham as latas, garrafas, bilhetes, marcas na pedra – artificios empregados ali desde a escalada de Carvalho. Tais códigos são amplamente utilizados para efetivar conquistas e para a obtenção do reconhecimento das mesmas.

DA APROPRIAÇÃO PRAGMÁTICA ÀS PRÁTICAS DA PROTEÇÃO

Se apesar das imagens edênicas e da retórica ufanista sobre as virtudes da natureza do Brasil sua devastação pode ser observada num movimento contínuo, quase uniforme, desde a chegada dos portugueses, o mesmo não pode ser afirmado das manifestações de protesto, propostas protecionistas e medidas concretas nesse sentido.

O ufanismo da natureza que no início da colonização vai expressar-se sob a forma de sentimentos nativistas chega ao século XIX metamorfoseado em nacionalismo, através do Romantismo (Leite, 1969). Em ambos os sentimentos, contudo, um sentido de valorização, de construção da identidade do Brasil comparativamente à Europa (Pádua, 1987; Sússekind, 1990) – num movimento similar ao norte-americano de valorização dos cenários e monumentos naturais, no que toca ao interesse pelas coisas nacionais – servirá também para escamotear as atitudes

concretas frente aos recursos naturais. José Augusto Pádua (1987, p.20) analisa essa ambigüidade entre discursos e práticas em relação à natureza no Brasil como “uma tradição de dois pólos esquizofrenicamente divorciados. Uma celebração retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa do outro”.

É certo, entretanto, que ao menos em nível do pensamento a predação nem sempre foi aceita como fato natural. Pádua (1987, p.60) complementa sua análise distinguindo quatro posturas da relação com a natureza no Brasil. Uma primeira diz respeito ao “elogio retórico e laudatório do meio natural, indiferente e, por vezes, conivente com a realidade da sua devastação”. A segunda refere-se ao “elogio da ação humana em sentido abstrato, passando ao largo das suas conseqüências destrutivas”. Outra critica a “destruição da natureza, propondo como remédio a modernização do país nos moldes da civilização urbano industrial”. E a última faz a mesma crítica, mas propõe “a busca de um modelo alternativo e autônomo de desenvolvimento nacional”.

Buscando esmiuçar um pouco a dualidade de posturas – concretas e retóricas – apontada por Pádua, acreditamos ser útil apontar onde e em que momentos atitudes sensíveis à destruição da natureza ou de seus elementos se manifestaram.

Pelo lado institucional, e apesar de tímida e preocupada principalmente em salvaguardar interesses da Coroa, cabe mencionar a existência de uma legislação voltada à proteção das matas. O regulamento do pau-brasil de 1605 já determinava seu modo de manejo visando a manutenção dos estoques e instituía uma guarda florestal (Pereira, 1980). No período do domínio holandês, Maurício de Nassau controlara o corte de madeiras no Nordeste, também com fins eminentemente utilitários. Ainda na mesma perspectiva, a carta régia de 1797 foi a primeira norma a regular a apropriação geral dos recursos florestais no Brasil; além dela valia em parte, formalmente, a legislação da Metrópole (Souza, 1934, p.5; Quintão, 1983, p.19; Victor, s/d, p.11).

Durante o século XIX, quando a intensificação da atividade agrícola e a expansão da monocultura e das ferrovias produzem um desmatamento desenfreado, a atitude do governo no âmbito florestal oscila entre esforços reguladores e o descaso. Nesse período a legislação atém-se basicamente a algumas restrições ao corte e ao controle da invasão das terras devolutas. É significativo também que na Constituição de 1891 caiba aos estados e não ao governo central a tutela das florestas (Victor, s/d, p.10-15, 19,22; Pereira, 1980, p.10).

Data do início do século passado um exemplo da visão crítica sobre o uso dos recursos, o estudo elaborado por José Bonifácio (Silva, 1992) em 1815, *Memória sobre a necessidade e a utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. Ele também propõe pouco depois, em 1821, a criação de um órgão destinado à administração das matas e bosques, equiparado ao de obras públicas, mineração, agricultura e indústria. Na mesma oportunidade, sugere o condicionamento das concessões de terras à manutenção da cobertura florestal na sexta parte dos terrenos: esta “nunca poderá ser derrubada e queimada sem que se façam novas plantações de bosques para que nunca falem as lenhas e madeiras necessárias” (Victor, s/d, p.10-11).

Esses dois casos são apenas exemplos do pensamento de Bonifácio, interpretado por Pádua (1987) como parte de uma concepção imperialista de ciência. Tal concepção, conforme a tipologia elaborada por Donald Worster (1986, p.3-56) a partir das reflexões sobre a natureza no século XVIII, tem inspiração racionalista e volta-se para a instrumentalidade dos elementos naturais. Em oposição a este tipo de ciência estaria a “arcádica”, cujo pressuposto é a crença em valores intrínsecos ao mundo natural e que pregava uma relação harmônica dos homens com a natureza, nos moldes da vida simples e comunitária das sociedades agrícolas e pastoris (ver também Pádua, 1987, p.29-30 e McCormick, 1992). Se a postura de Bonifácio não chega a romper com o utilitarismo, isso não invalida seus esforços em sensibilizar pessoas e instituições para as implicações das formas correntes da apropriação material da natureza. Além disso, seu pensamento pode ser

lido como um sinal da não homogeneidade das atitudes ante os recursos naturais em nosso processo de colonização.

Foi também no século XIX que surgiu a primeira proposta de reservar um espaço destinado a proteger a natureza no Brasil, por André Rebouças. Em 1876, inspirado na iniciativa de Yellowstone, ele lança a questão: “Não terá também um dia o Brasil o seu Parque Nacional?!” (Borba & Rebouças, 1898, p.84). Mas em sua proposta o olhar sobre a natureza é pitoresco e os fins a que a proteção se destina são eminentemente turísticos: ele chega a contabilizar o montante movimentado por turistas nas cidades italianas e que poderia ser também aqui gasto se dispuséssemos de parques bem estruturados. Uma comparação entre a natureza dos trópicos e a norte-americana também não lhe escapa, sobressaindo-se, inevitavelmente, a nossa:

“Será difícil que o canyon de Yellowstone seja mais pitoresco do que o do Guaira, opulentamente adornado de palmeiras, de fetos arborecentes e das mais belas árvores da flora brasileira; quando lá a rocha é nua e queimada pelas emanções vulcânicas, deixando apenas ver, de longe em longe, um melancólico grupo de tristes coníferas. (...) No interior da ilha de Santa'anna, do Bananal, ou de Caruonaré há um bellissimo lago – a lagoa Grande – de onde corre um lindo regato, *como se a natureza já o tivesse preparado para um magnífico parque em estilo moderno.*

Imaginal o Tocantins e o Araguaia navegados por magníficos vapores, como os de Mississipi; suas cachoeiras vencidas por vias férreas laterais: e compreenderéis então como será pitoresca uma excursão a essa ilha, onde se poderá agrupar toda a flora e toda a fauna dos vales do Amazonas, do Parnaíba e do São Francisco.” (Borba & Rebouças, 1898, p. 83-84, grifo nosso).

A idéia do trópico como lugar da natureza perfeita, como jardim ou parque pronto, não deixa de sugerir uma idealização romântica ou remeter ao tradicional imaginário das maravilhas tropicais, à idéia do paraíso terrestre. A proposta de Rebouças não deixa também de projetar uma

atemporalização da natureza, excluindo a intervenção humana sobre esta, além de referir-se ao aspecto divino da mesma:

“O que é bem certo; o que fica acima de toda a discussão é que a geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras, do que *reservar intactas, livres do ferro e do fogo*, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná.

Daqui a centenas de anos poderão nossos descendentes ir ver dois espécimens do Brasil, tal qual Deus o criou, encontrar reunidos, no norte e no sul, os mais belos espécimens de uma fauna variadíssima, e principalmente, de uma flora, que não tem rival no mundo!” (Borba & Rebouças, 1898, p.86-87, grifos nossos).

Essa proposta de Rebouças vai permanecer sem maior repercussão ou recuperação até a década de 10 do século XX, acompanhando, de certa forma, a apatia geral diante da destruição da natureza.

Nesse sentido, a omissão do governo federal diante do problema da devastação é tal que, quando o projeto do Serviço Florestal do Brasil é aprovado em 1921, depois de engavetado por 14 anos, vários estados já haviam criado suas unidades deste órgão. Mesmo assim, ele só será completamente regulamentado em 1925 (Quintão, 1983, p.19) e estará muito distante da proposta de Bonifácio sobre um órgão gestor do meio ambiente. Fato que, num país inaugurado sob o signo da exploração inescrupulosa, voltada apenas aos interesses imediatistas do sistema colonial, e apenas mimetizada no processo das mudanças políticas e econômicas sofridas ao longo da história, tem sua dificuldade de legitimação facilmente explicada.

A despeito dessa negligência, ou da conivência, do poder público para com a devastação, na virada do século XIX para o XX a preocupação com a questão florestal estava presente em parcelas dos círculos científicos e mesmo governamentais (Ribeiro, 1940). Em São Paulo, um grupo liderado por Loefgren, Derby e Ramos de Azevedo consegue a desapropriação de uma área da serra da Cantareira (próxima à capital paulista) para instalação

de um horto visando a proteção de recursos hídricos, em 1896, onde posteriormente foram instalados campos experimentais e um serviço florestal (Souza, 1934, p.191-192; Victor, s/d, p.18-19). Pesquisadores do Museu Paulista, que na década de 20 contava com duas reservas (na serra de Paranapiacaba e em Itú), propunham nesse mesmo período a criação de leis de caça e para proteção das aves, em especial Ihering, embora a tônica da preocupação com a natureza naquele momento recaísse sobre o problema florestal.

Numa outra frente, nas três primeiras décadas do nosso século inúmeros hortos foram implantados com objetivo de produzir sementes e mudas, preservar nascentes ou estoques de madeira, ampliando o trabalho dos jardins botânicos já existentes desde o período colonial. Apesar da utilidade de tais iniciativas, elas geralmente vinham acompanhadas de uma postura crítica frente ao uso dos recursos.

No sentido estrito da delimitação/proteção de espaços, para além do cuidado com espécies particulares, a criação de uma reserva no Acre, em 1911, é um exemplo significativo. Porém, mais importante que o decreto da reserva em si, que afinal de contas não chegou a sair do papel, é a circular de Pedro de Toledo, ministro da agricultura da época, endereçada a todos os presidentes e governadores de estados naquele mesmo ano. Intitulada “A devastação das florestas”, tal circular tecia longas considerações sobre os “perniciosos efeitos da ilimitada liberdade de destruição das matas”, que vinha gerando segundo o ministro protesto por parte dos agricultores, inconvenientes científicos, e sobretudo prejuízos econômicos (Brasil, 1911, p.159).

Pedro de Toledo reconhece méritos na campanha realizada pela imprensa nesse sentido, e também nas iniciativas do serviço florestal paulista – já ocupado com atividades voltadas à conservação e pesquisa, mas as julga insuficientes. Friza então a necessidade de um “regime florestal”, com base ou apoio na figura da reserva florestal, baseando-se novamente na experiência norte-americana.

Nesse momento a idéia de proteção da natureza não é mais apenas pitoresca e turística, como no primeira proposta de criação de parques nacionais feita por Rebouças, o que pode ser percebido através da fala de Pedro de Toledo. E isso deve-se provavelmente à influência do debate internacional àquela altura intenso, envolvendo as idéias de conservação e preservação nas reflexões sobre nosso uso dos recursos. Além, é claro, da própria sensibilidade e reflexão de setores internos em relação ao tema.

Em sua circular o ministro vai solicitar aos estados a cessão de terras para o estabelecimento de tais reservas. Ainda que o pedido seja específico e mencione “a cessão somente das terras desertas e devolutas”, a resposta dos estados será ou o absoluto desprezo, ou cartas elogiando a iniciativa mas dissimulando sua verdadeira intenção de ignorar o pedido ou explicitando mesmo a inaceitabilidade da proposta. Fica clara então a falta de legitimidade da idéia de proteção naquele momento e, em que pese o nacionalismo que impregnava o país desde o advento da República, nenhum apelo favorável à coletividade foi suficiente para frear a devastação¹⁴.

Reforçando os indícios da preocupação com a situação da cobertura vegetal, é publicado em 1912 um “mapa florestal” cujo objetivo era “oferecer uma base aos primeiros estudos para criação das reservas florestais”, vistas naquele momento como primeiro passo da “grande obra da defesa e conservação das florestas”. Nele Gonzaga de Campos previa, além das reservas, o replantio e mesmo a criação de novas florestas (Campos, 1912, p.3)¹⁵.

Um outro exemplo do tipo de pensamento crítico sobre a apropriação dos recursos no período é retratado na exposição que o botânico Loefgren e Hannibal Porto realizam na Sociedade Nacional de

¹⁴ Sobre o nacionalismo no período citado, ver Oliveira (1990).

¹⁵ Sinal de uma outra postura diante da natureza, ainda que difusa e distinta do caráter eminentemente utilitário das iniciativas descritas até aqui, são as sociedades naturistas e as protetoras dos animais que surgiam ou eram já atuantes naquele momento.

Geografia e depois encaminham ao ministro da agricultura em 1917. A idéia de proteção nela evidenciada, como em Gonzaga de Campos e Pedro de Toledo, é claramente conservacionista¹⁶, seguindo a tendência predominante no período sobre o assunto. Vale mencionar, nesse sentido, que entre as décadas de 10 e 30 foram realizadas duas conferências internacionais sobre o tema da proteção da natureza, e um intenso debate acerca da concepção e definição dos tipos de reserva estava estabelecido. A dificuldade de implantação efetiva das mesmas também já era tema (ver Aubreville, 1937 e Sampaio, 1935).

Exemplo ainda de um certo clima favorável a iniciativas protecionistas no período é a realização da 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, um ano após a conferência internacional. Neste evento, organizado pela Sociedade dos Amigos das Árvores do Rio de Janeiro – com o patrocínio do governo Vargas, discutiu-se desde educação até problemas de legislação e metodologia, passando por questões de flora, fauna, solos, antropologia e biogeografia. Participaram políticos, cientistas, poetas, professores, pessoal de imprensa e instituições diversificadas da sociedade civil.

No mesmo ano dessa conferência, vai ser instituído o Código Florestal, depois de 3 anos de discussões, junto com os códigos de minas, de águas, e de caça e pesca. Nele já é prevista a instalação de parques nacionais, como resultado da campanha a ser relatada mais adiante. A

¹⁶ Ainda nos Estados Unidos, a invenção do parque nacional e o caráter das medidas de proteção da natureza serão reelaborados, levando a um debate entre duas idéias distintas sobre a proteção – o preservacionismo e o conservacionismo, que remetem ainda a visões diferenciadas da natureza. A primeira linha, representada por John Muir, defendia os valores intrínsecos aos elementos do mundo natural e buscava guardar-lhes espaços para a pura e simples preservação, contra qualquer interferência humana distinta da fruição. A outra, personalizada por Gifford Pinchot, buscava racionalizar a apropriação dos recursos, visando sua conservação para as gerações presentes e futuras, relativizando assim o valor da natureza intocada. Ver Serrano (1993, p.32).

Constituição do mesmo ano, por sua vez, coloca como dever da União e dos Estados a proteção “das belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”, e estabelece o princípio que nacionaliza minas e jazidas minerais (Barros, 1952, p.15)¹⁷.

Mas é no ano de 1937 que os monumentos naturais são colocados no mesmo nível dos históricos e artísticos: a nova Constituição submete-os à tutela dos estados, municípios e da nação, e equipara os atentados contra estes monumentos àqueles cometidos contra o patrimônio nacional (Barros, 1952, p.16). Na mesma direção, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional organizado no mesmo ano dará atenção ao tema, ainda que a ênfase recaia sobre bens arquitetônicos, históricos, arqueológicos e artísticos, especialmente na prática¹⁸.

Porém, nessa época as idéias sobre os elementos naturais a proteger divergiam, ainda que dentro de um mesmo campo. Nas idéias de Mário de Andrade sobre patrimônio e preservação, uma das bases do projeto do Sphan, o aspecto paisagístico da natureza era privilegiado. Paisagens eram definidas como

“determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc.” (Andrade, 1981, p.40)

denotando um interesse particular pela ação humana sobre a natureza, pela arte e cultura popular. Entretanto, a apropriação pelo Estado Novo das idéias do intelectual paulista sobre essas questões adaptaram-nas ao espírito nacionalista e totalizante daquele governo (Sala, 1988, p.25-40). A

¹⁷ Em paralelo a esse movimento “institucional”, inúmeros outros sinais de uma preocupação com a destruição/proteção da natureza podem ser identificados na sociedade (ver Serrano, 1993, p.46-49).

¹⁸ Isto a julgar pela publicação em sua revista, durante quase 50 anos, de apenas dois artigos relativos ao assunto.

preocupação do governo Vargas em fundar a nação, associando território e nacionalidade, leva o decreto a considerar como monumentos naturais sítios e paisagens dignos de serem protegidos também aqueles destacados “pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza” (Barros, 1952, p.16), além dos produzidos pela intervenção do homem.

Entretanto, esta última particularidade, ou seja, o destaque às características eminentemente naturais dos monumentos a serem protegidos, não representa nenhuma conexão maior entre a criação do Sphan e outras iniciativas de proteção ou o surgimento do primeiro parque nacional, no mesmo ano, onde parece ter havido em comum, além da assinatura de Capanema, apenas a intenção de criar/reforçar uma determinada imagem de nação e nacionalidade.

A LUTA PELOS PARQUES

Depois das críticas e propostas de José Bonifácio, e da sugestão de se criar um parque nacional por Rebouças em 1876 – atitudes isoladas no contexto da apropriação imediatista – a retomada da campanha pela criação de parques nacionais não acontece isoladamente. Há inúmeros sinais de uma sensibilidade frente ao problema da destruição e da proteção da natureza que podem ser percebidos no meio científico como em outros setores, ainda que de forma difusa. Nesse sentido, no início do século XX é possível pensarmos em termos de um clima favorável à proteção da natureza, muito fragmentário e mesmo tímido, ainda que não possamos falar de um movimento social organizado.

Pela década de 1910, as atitudes em relação à natureza no Brasil, ainda que pensadas em termos do uso feito dos recursos, eram motivo de reflexão. Nesse contexto surgiam propostas de proteção, como a de Pedro de Toledo em 1911 ou a do botânico sueco Loefgren, que teria proposto a

criação de um parque nacional em Itatiaia ao ministro Cândido Rodrigues, da Agricultura, em 1913 (IBDF, 1987 e 1989).

Nesse mesmo ano, o jornalista José Hubmayer e o naturalista Campos Porto iniciam uma campanha em frentes diferentes para a proteção da região do Itatiaia, mas seus argumentos em favor do parque nacional já seguem uma linha diversa, embora não radicalmente diferente daquela verificável nos debates sobre a criação dos primeiros parques norte-americanos¹⁹. É certo que naquele caso buscava-se legitimar numa sociedade primordialmente pragmática a segregação de espaços e a consequente interdição do uso produtivo, traduzido na apropriação convencional, além de assegurar o acesso da coletividade aos mesmos, pela instituição do domínio público sobre as terras. As idéias aí convergem, uma vez que o pedido de Campos Porto referia-se “aos terrenos desnecessários (...) sem prejuízo para a Colônia”, apesar de não ocorrer no caso brasileiro nenhum destaque para o problema da propriedade.

A “novidade” de sua argumentação é a relevância científica, ausente na discussão em favor dos parques dos Estados Unidos, ao menos no princípio. Quando acontecem os debates em defesa de Yellowstone ou outras áreas vistas como passíveis de proteção, este aspecto ainda não era considerado, predominando a sensibilidade e reverência à monumentalidade de certos lugares da natureza (ver Serrano, 1993, p.14-15, 27-32).

Face à dificuldade de legitimação da idéia de reservar terrenos para proteção de recursos no início do século (mas não exclusivamente naquele momento), como a resposta ao apelo de Pedro de Toledo demonstra, a proposta de proteger o Itatiaia ganha força principalmente por tratar-se de terras públicas. Isto pois, desde 1908, os terrenos já pertenciam ao governo que neles tentara instalar dois núcleos coloniais com imigrantes estrangeiros.

¹⁹ Depois de Loefgren, Hubmayer e Campos Porto, Alberto J. de Sampaio apresenta uma nova proposta de parque nacional, em 1931, publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Depois do fracasso da iniciativa as terras foram reincorporadas ao patrimônio da União, facilitando a aceitação da idéia. Contudo, entre o apelo em favor da criação de reservas feito por Pedro de Toledo em 1911, visando disseminar reservas florestais pelo país, e a iniciativa do Jardim Botânico em 1914, não se pode estabelecer relações diretas.

A subordinação da reserva do Itatiaia ao Jardim Botânico vai dotá-la de características mistas de horto, jardim botânico e reserva de recursos estrito senso. Será quase um posto avançado da matriz carioca, onde serão desenvolvidas pesquisas de biologia vegetal e de aclimação de diversos tipos de plantas – apesar da pouca verba disponível, e visitada com freqüência por pesquisadores nacionais e estrangeiros²⁰. Na prática, então, a reserva de Itatiaia teve desde seu início um caráter particular, e sua transformação em estação biológica, num processo que durou cerca de quatro anos, apenas compatibilizou formalmente funções e nome.

Na década de 1930, quando o Parque Nacional do Itatiaia foi criado, a idéia de proteger a natureza através do recurso dos parques nacionais era corrente, no exterior como no Brasil. Mas nem por isso o interesse em Itatiaia por parte do governo federal dava-se exclusivamente em razão de seus atributos biológicos ou de lazer. A tradição oral sobre os primeiros tempos do parque nacional guarda histórias acerca do interesse estratégico da área durante o movimento constitucionalista de 32, quando o Planalto teria servido de posto de observação do movimento das tropas paulistas no vale do Paraíba. Conta também que a abertura de uma estrada dando acesso ao Planalto teria se dado em função de um possível plano de fuga de Vargas, envolvendo também uma barragem construída no “brejo da Lapa” para pouso de hidro-aviões.

Ainda dentro do clima favorável à proteção da natureza perceptível num movimento crescente desde o início do século, e mesmo como uma

²⁰ Ver sobre isso os livros de visitantes e relatórios anuais do Ministério da Agricultura no período.

consequência dele, o Código Florestal de 1934 tocava no direito de propriedade nos casos em que as florestas fossem consideradas “de interesse comum a todas as pessoas do país” (Código Florestal, decreto n. 23793 de 23/01/1934) e previa a criação de parques nacionais. A criação do parque do Itatiaia será facilitada por esse precedente.

Em termos da concepção de parque nacional e de proteção da natureza na década de 30, a fundamentação do decreto que cria o parque nacional é bastante esclarecedora. Na justificativa para a escolha da área é citada a cobertura de mata primitiva, a peculiaridade da flora em termos nacionais e o conhecimento científico já produzido sobre ela. De outro lado, é ressaltada a demanda turística a ser atendida e a intenção de criar um pólo de atração nesse aspecto. Em razão da existência no local da estação biológica e de um mínimo de infra-estrutura, o decreto também se refere à economia a ser conseguida na instalação do parque e as facilidades iniciais para sua implantação. Pelo lado econômico, menciona igualmente a necessidade de desapropriar lotes encravados na área delimitada para o parque. A síntese dos fundamentos da criação considera

“que essa localização importa ao mesmo tempo em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento nas correntes turísticas e reserva para as gerações vindouras, das florestas existentes, ou seja, todos os objetivos, reunidos simultaneamente, que justificam a criação de Parques Nacionais” (*Jornal do Comércio*, 22/06/1937).

Diante de tais evidências, podemos perceber que a intenção de proteger a natureza através da delimitação de um espaço próprio já incorpora neste momento elementos de um olhar não apenas paisagístico sobre os lugares escolhidos, situando-se dentro de uma visão instrumental e numa perspectiva conservacionista de proteção.

O texto da lei permite-nos afirmar, de modo análogo aos escritos dos livros de impressão, que já havia um parque “pronto” quando o decreto foi baixado, não apenas no sentido de estar inventado enquanto lugar exemplar,

mas também do ponto de vista da estrutura administrativa, da rotina turística e científica²¹. Assim, a criação de um parque nacional em Itatiaia é favorecida também pelo que representava em termos de facilidade de execução.

Não há registro de qualquer fala contrária à criação do parque nacional em Itatiaia. No entanto, em meio à conturbada cena política de 37, Vargas não escapou de críticas, expressas em artigos de jornal. Tais protestos, contudo, não tocavam na idéia da criação do parque nacional²². E ao menos aparentemente o único problema com relação à instalação do parque, além da pouca verba, foi a disputa de terras devolutas com outros ministérios, existente desde a época da estação biológica, conforme atesta documentação dos arquivos administrativos do parque²³. O problema fundiário permanece ainda hoje na forma dos terrenos não desapropriados.

Assim, no surgimento do primeiro parque nacional brasileiro, podemos apontar a influência da sensibilidade de alguns (especialmente cientistas) e reflexos de um cenário internacional, e nacional em menor escala, favorável à implantação de reservas e proteção da fauna e flora: tudo isso inserido no contexto político nacionalista-populista da década de 30. No caso específico do Itatiaia, a preexistência de uma situação efetiva de parque, traduzida no reconhecimento de seu valor simbólico, estético, lúdico e biológico foi marcante em sua escolha como lugar de proteção. Aí, a justificativa do decreto não deixa qualquer sinal de dúvida. O interesse estratégico da área também deve ter tido algum peso nesta escolha, assim como o domínio público da terra.

²¹ É significativo, nesse sentido, que o conhecimento sobre o Itatiaia só seja suplantado, até a década de 30, pelo acumulado em torno da região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, estudada por Lund. Ver artigo no *Diário da Noite*, de 19/04/1937.

²² Desconhecemos as condições da emancipação dos núcleos coloniais e uma possível reação dos agricultores em sentido contrário à interdição do uso da área.

²³ Sobre este ponto, Eurico Viana, um funcionário do PNI, organizou uma coletânea de ofícios intitulada "Para um histórico do Parque Nacional do Itatiaia".

Numa perspectiva ampla, a ambigüidade entre posturas e práticas em relação à natureza que perpassa todos os momentos da história do país persiste no caso da criação do parque nacional. Isto, pois, torna complexo pensar nela em termos de uma mudança dos modos de apropriação simbólica da natureza, uma vez que ela parece resultar de uma confluência de fatores onde nenhuma determinação pode ser colocada como absoluta (ver Chamboredon, 1985, p.139).

Por um lado, diante da visão e da retórica sobre a natureza brasileira, construída desde os primeiros momentos da colonização, cujos sentidos foram sendo reformulados ao longo do desenvolvimento do país, a adoção de medidas voltadas à proteção de um pedaço do “paraíso terrestre” não representa necessariamente uma reelaboração em termos de um reconhecimento de valores intrínsecos à natureza que merecessem ser resguardados. A proteção, ao contrário, coloca-se como algo até mesmo “natural” nessa perspectiva.

É certo, igualmente, que o conhecimento científico já colocava naquele período a necessidade de se repensar as formas da apropriação dos recursos, com vistas à garantia do equilíbrio das condições ambientais e da manutenção dos recursos. Nesse sentido o movimento conservacionista da natureza é exemplar. Todavia, essa postura não chega a romper com a dualidade esquizofrênica entre discursos e práticas citada por Pádua (1987), visto que separar e proteger espaços não exige necessariamente uma reformulação dos usos gerais destes e dos recursos naturais, podendo servir ainda como um instrumento de legitimação das práticas predatórias – se afinal cuidados com a proteção já foram tomados (Chamboredon, 1985, p.139). Isso é especialmente válido se analisamos o contexto populista em que é adotada tal medida protetora. No mesmo contexto deve ser tomado o fato de o parque nacional ter sido criado num local onde os elementos instituintes de sua idéia, como a característica de espaço de lazer, de contemplação e de pesquisa científica etc. já estavam cristalizados.

Mas, por outro lado ainda, não devemos negligenciar de modo absoluto o valor de tal iniciativa. Ela pode ser lida como uma tentativa, mesmo que puntual, de se resolver aquela mesma dicotomia, pois a simples colocação da intenção de proteger revela ao menos um impasse com respeito às formas tradicionais – simbólicas ou concretas – da apropriação dos recursos.

A ATRIBUIÇÃO DOS SENTIDOS

Através da história aqui narrada do lugar-Itatiaia, procuramos demonstrar o movimento que, lentamente, construiu sua identidade tal qual reconhecemos hoje: um lugar de constituição do saber científico no e sobre o país, um lugar peculiar no conjunto da geografia brasileira, um lugar clássico de práticas de montanha – escaladas e caminhadas, um pedaço de natureza que merece e precisa ser protegido – por suas características inerentes e seu papel na manutenção do equilíbrio de outros sistemas naturais.

O tratamento da construção de tal identidade merece ser ressaltado, entre outros motivos, pelo sentido discutível que sua proteção institucional, através da demarcação em seu espaço de um parque nacional, representou, de um lado, em termos de um caráter apenas formal desta relativamente à imagem de lugar exemplar e digno de ser protegido que o Itatiaia já guardava quando Vargas baixa o decreto que o cria; e em termos de mudanças nas sensibilidades ou de reelaboração das atitudes do homem brasileiro diante da natureza, de outro.

Vale lembrar, nesse sentido, a dualidade entre discursos e ações frente à natureza no Brasil: a primeira lei destinada ao controle da apropriação dos recursos florestais só surge em 1797, e é limitada. Os hortos florestais e jardins botânicos surgidos no Rio de Janeiro e outros estados eram antes locais de produção de mudas que instituições

conservatórias, por suas próprias características. Talvez a reconstituição da floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1862, tenha sido a primeira iniciativa no sentido da proteção, ainda que movida por razões imediatistas como o abastecimento de água; e não tenha sido uma medida conservatória mas reparadora. Por outro lado, no quadro aqui esboçado das idéias e ações face à proteção da natureza no Brasil até a década de 30, já se manifestam influências do debate internacional e mesmo uma reflexão interna sobre as formas da apropriação da natureza mais disseminada pela sociedade – sufocada paulatinamente pelo Estado Novo.

Das primeiras visitas e trabalhos de Franklin Massena às expedições lúdicas de José Palmella e de Horácio de Carvalho, o Itatiaia foi inventado em praticamente todos os aspectos destacados quando da criação do parque nacional. Em sua imagem de exemplaridade há nuances, como sua peculiaridade paisagístico-pitoresca, seu interesse geológico e geográfico, o vislumbre e a efetivação das possibilidades de uso não convencional (rural) de seu espaço: científico ao longo de todos os momentos; sanitaria pouco depois de seu conhecimento; de lazer, esporte e turismo, mais tarde. Em cada uma dessas nuances, práticas e sentidos distintos – explicitados ou subjacentes, expressos através de polêmicas como as da altitude e da ascensão, em “brechas” nos relatos científicos ou posteriormente nas “impressões” dos livros de visitantes.

A partir da virada do século, ocorre detalhamento e apuro nas buscas científicas e a consolidação de uma rotina turística depois da instalação dos núcleos coloniais e da transformação em reserva/estação populariza o aspecto do lazer e contribui também para a difusão de informações sobre a área. Constitui-se paulatinamente nesse movimento um campo de especialidade nas práticas lúdicas e, nesse sentido, instituem-se ainda modos de estar naquele espaço alimentados por codificações de comportamento e mesmo das formas pelas quais as experiências na montanha são relatadas.

A invenção do Itatiaia é, assim, um processo de atribuição de sentidos a seu espaço e ao estar em seu espaço, é a transformação deste em

um lugar – com tudo o que isto representa em termos de cristalização de valores e memórias. Estas afirmações têm matizes, é certo, que esperamos ter explicitado ao longo deste trabalho.

ABSTRACT: This article discusses the concepts of nature, landscape, natural places, national park and environmental protection, and their transformations, through the reconstitution of the history of the “discovery” of the Itatiaia’s massif and the process of its transformation in the first Brazilian national park (1937).

KEYWORDS: National Park of Itatiaia; environmental protection – Brazil – history; nature – representation.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Carvalho (1936-1945)*. Brasília: Min. da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fund. Nacional Pró-Memória, 1981.
- ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, original de 1711, 1923.
- AUBREVILLE, A. et al. *Contribution a l'étude des réserves naturelles et parcs nationaux*. Paris: Paul Lechevalier, 1937.
- BARROS, Wanderbilt D. *Parques nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Série Documentária, n. 1, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1952.
- BORBA, Nelson & REBOUÇAS, André. “Excursão ao salto da Guaira ou Sete Quedas”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. tomo LXI, parte 1, 1898.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo ministro de estado*. Rio de Janeiro, 1911.

- CAMPOS, Luiz F. Gonzaga de. *Mapa florestal*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1912.
- CARVALHO, Horácio de. *Itatiaia*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado, 1900.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. "La 'naturalisation' de la campagne ou une autre manière de cultiver les 'simples'?" in CADORET, A. *Protection de la nature*. Paris: L'Harmattan, 1985.
- CÓDIGO Florestal de 1934.
- CONAN, Michel. "Généalogie du paysage". *Le débat*, n. 65, 1991.
- CORBIN, Alain. *O território do vazão: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEAN, Warren. *A botânica e a política imperial*. São Paulo: IEA/USP, Col. Documentos, 1992.
- DIÁRIO Oficial da União de 09/02/1927.
- DIÁRIO da Noite (Rio de Janeiro) de 19/04/1937.
- HAUTECOEUR, Louis. *Les jardins des dieux et des hommes*. Paris: Hachette, 1959.
- IBDF. "Parque Nacional do Itatiaia: 50 anos". *Revista Natureza*, n.º 66-68, 1987.
- _____. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília: 1989.
- JORNAL do Comércio (Rio de Janeiro) de 22/06/1937.
- JOUTARD, Philippe. *L'invention du Mont Blanc*. Paris: Gallimard, 1986.
- LAMEGO, Alberto. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1950.
- LEACH, Edmund. "Anthropos/homem". *Enciclopédia Einaudi*. s.l.p: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LE GOFF, Jacques. "Memória/história". *Enciclopédia Einaudi*. s.l.p: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 2a. ed., São Paulo: Pioneira, 1969.
- LIVROS de visitantes da Reserva Florestal, Estação Biológica e Parque Nacional do Itatiaia.

- LIMA, Roberto C.A. *O clã da lagartixa*. Brasília: Dissertação de Graduação/UNB, s/d.
- LORDEIRO, Manoel. “Dedo de Deus”. *Mountain Voices*, ano II, n.º.12, 1992.
- LUGINBUHL, Yves. “Le paysage rural: la couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais que reste-t-il de l'agricole?”, *Études rurales*, n.º. 121-124, 1991.
- MARIÉ, Michel. *Un territoire sans nom*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1982.
- MASSENA da Silva, José Franklin. “Descrição do Itatiaia ou Ititiaio”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXXIX, 1876.
- McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MELLO, Barão Homem de. “Excursões geográficas 1872-1876”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo LI (suplemento), 1888.
- NORA, Pierre. (org.) “Entre le mémoire et histoire”, In: *Les lieux de mémoire*. vol. 1, Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PÁDUA, José A. “Natureza e projeto nacional”. In: *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/Iuperj, 1987.
- PALMELLA, José dos S. *Ascensão ao paraíso do Itatiaia*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Laemmert, 1890.
- PEREIRA, Sônia M. “Legislação ambiental: problemas fundiários”, *Brasil Florestal*, n. 43.
- PRADO Jr., Caio. “Vida material” In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7ª. ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1983.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAMADE, F. “Os lugares de proteção da natureza”, in CHARBONNEAU, J.P.(org.) *Enciclopédia de ecologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979.

- RIBEIRO, Adalberto M. "O problema florestal e a ação do presidente Getúlio Vargas", *Revista do Serviço Público*, vol. III, n. 2, 1940.
- ROGER, A. "Le paysage occidental: rétrospective et prospective", *Le débat*, n.º 65, 1991.
- RONCAYOLO, Marcel. "Le paysage du savant", in NORA, op. cit.
- SAMPAIO, Alberto J. *Biogeografia dinâmica: a natureza e o homem no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- SALA, Dalton. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: história oficial e Estado Novo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1988.
- SERRANO, Célia M.T. *A invenção do Itatiaia*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- SILVA, José B.A. *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. 4a. ed., Rio de Janeiro: IHGB (original de 1815), 1991.
- SOUZA, Paulo F. *Legislação florestal: legislação histórica (1789-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1934.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- VIANA, Eurico. "Para um histórico do Parque Nacional do Itatiaia". mimeo, s/d.
- VIARD, Jean. *Le tiers espace: essai sur la nature*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na literatura e na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.